



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

INFORMATION LITERACY AND ITS RELATIONSHIP WITH JUSTICE FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

Luciene Aparecida Costa – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Ana Paula Meneses Alves – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Analisa como a Competência em Informação pode contribuir com a Justiça para Pessoas com Deficiência a partir da revisão bibliográfica da literatura e aproximação dos conceitos: Competência em Informação, Justiça para Pessoas com Deficiência, Biblioteca Inclusiva e Acessibilidade, com foco nas bibliotecas universitárias brasileiras. Os resultados mostram que a Competência em Informação conversa diretamente com conceito da Justiça para Pessoas com Deficiência, o que indica convergência, especialmente em torno da ideia de acessibilidade e inclusão. Conclui que o desenvolvimento da Competência em Informação das pessoas com deficiência apresenta potencial para dismantlar barreiras rumo à construção de uma sociedade inclusiva.

Palavras-chave: Competência em Informação; Justiça para Pessoas com Deficiência; Bibliotecas universitárias.

Abstract: Analyzes how Information Literacy can contribute with Justice for People with Disabilities based on a bibliographical review of the literature and approximation of the concepts: Information Literacy, Justice for People with Disabilities, Inclusive Library and Accessibility, with a focus on Brazilian university libraries. The results show that Information Literacy speaks directly to the concept of Justice for People with Disability, which indicates convergence, especially around the idea of accessibility and inclusion. Concludes that the development of Information Literacy among people with disabilities has the potential to dismantle barriers towards building an inclusive society.

Keywords: Information Literacy; Justice for People with Disabilities; University Library.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Ensino Superior Brasileiro enfrenta o desafio de ampliação do acesso e

maior equidade para grupos historicamente excluídos e discriminados que tiveram o direito à educação violado em maior grau e almejam igualdade de oportunidades. A criação de políticas públicas inclusivas desde a Constituição Federal de 1988 (CF), propiciou um aumento expressivo do número de alunos com deficiência matriculados nas universidades, porém

[...] no âmbito das bibliotecas universitárias, pessoas com deficiência tendem a ser excluídas violando-se o seu direito de acesso à informação e conhecimento devido às barreiras como: ausência de formação e competências dos bibliotecários para atender necessidades específicas, cultura organizacional no que tange ao entendimento dos direitos constitucionais, do processo de inclusão e sua implantação, assim como problemas de comportamento antiéticos no atendimento a esse público (Silva; Spudeit, 2021, p. 2).

Como podemos tornar as bibliotecas acessíveis e acolhedoras para todos? Essa foi a questão central da Seção de Serviços de Biblioteca para Pessoas com Necessidades Especiais (LSN) no Congresso Mundial de Bibliotecas e Informação (WLIC) da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) em Rotterdam em agosto de 2023 (IFLA, 2023, p. 6).

Apoiando as atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior, as bibliotecas universitárias são espaços públicos democráticos com a missão de assegurar o direito de acesso à informação para todos. Dessa forma, podem assumir um papel preponderante através do desenvolvimento da Competência em Informação (CoInfo) de seus utilizadores, contribuindo para que o aluno explore de maneira inteligente um ambiente rico em informação durante sua trajetória acadêmica, no mercado de trabalho e no cotidiano, tornando-se um diferencial na vida da comunidade e na sua própria.

Neste sentido, questionamos: como a CoInfo pode contribuir com a Justiça para Pessoas com Deficiência, de modo que as bibliotecas universitárias se tornem acessíveis e inclusivas?

Este estudo caracteriza-se como teórico, qualitativo e exploratório, utilizando a revisão bibliográfica para levantamento de material, a partir de buscas na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Google Acadêmico, SciELO e no Portal da IFLA por ser o principal órgão internacional representante dos interesses da biblioteca, serviços de informação e seus usuários. O material foi selecionado de acordo com sua contribuição para o presente estudo, com o objetivo de analisar e propor pontos de

convergência entre os conceitos de ColInfo, Justiça para Pessoas com Deficiência, Biblioteca Inclusiva e Acessibilidade, no intuito de provocar uma reflexão teórica e contribuir para inclusão das pessoas com deficiência (PcDs) no âmbito das bibliotecas universitárias.

2 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

A Lei 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), em vigor desde 2015, define em seu artigo 2º a pessoa com deficiência como um indivíduo que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2015, art. 2º, p. 2).

No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, realizada pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificados 17,2 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência de dois anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,4% dos brasileiros dessa faixa etária. O maior percentual de PcDs era do Nordeste (9,9%). As PcDs apresentavam menor nível de instrução: cerca de 67,6% da população com deficiência não tinham instrução ou tinham o ensino fundamental incompleto. Na população de 18 anos ou mais, apenas 5,0% tinham nível superior completo e apenas 16,6% ensino médio completo ou superior incompleto. Em 2019, apenas 28,3% das PcDs, na faixa de 14 anos ou mais de idade, estavam na força de trabalho. O perfil das PcDs é mais feminino (9,9%) do que masculino (6,9%), e incide mais entre as pessoas pretas ou pardas (8,7%) do que entre as brancas (8,0%) (IBGE, 2022).

No intuito de assegurar às PcDs direito à igualdade de oportunidades várias intervenções foram realizadas ao longo do tempo. O artigo 5º da CF (1988) é considerado como ponto de partida ao reafirmar os direitos humanos universais e destacar o direito de todos terem acesso à informação. Em 2015, a LBI estabelece no seu artigo 4º que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas” e o Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, promulga o Tratado de Marraqueche para o acesso às obras publicadas para pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.

Bolt (2023, p. 5, tradução nossa), bibliotecária presidente da LSN da IFLA, ressalta que

[...] as bibliotecas, enquanto instituições públicas, são obrigadas a implementar a acessibilidade e a inclusão. O acesso à informação e ao conhecimento capacitará e ajudará as pessoas com deficiência a viverem de

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

forma independente e a participarem plena e equitativamente na sociedade, e também reforçará o papel das bibliotecas como actores críticos na promoção da inclusão e dos direitos humanos.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior 2022, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, foram mais de 79 mil estudantes com deficiência matriculados no ensino superior brasileiro. A cada ano que passa, as bibliotecas universitárias recebem mais estudantes com algum tipo de deficiência, exigindo-as o compromisso com a acessibilidade e inclusão.

Nesse estudo, consideramos a acessibilidade como “a capacidade de um produto se comunicar com seus usuários” (Silva; Girão, 2022, p. 5), ou seja, a capacidade de acesso à informação a quem dela necessite, permitindo acesso ao conteúdo dos documentos.

Quanto à inclusão, consideramos um “processo que contribui para a construção de uma sociedade com garantias de realização dos direitos humanos a todos os cidadãos, ou seja, garante o acesso a todos os ambientes, recursos, serviços e qualquer ação ou atividade realizada pela e na sociedade” (Silva; Spudeit, 2021, p. 7).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) firmou 17 objetivos de desenvolvimento sustentável global para o plano de ação da Agenda 2030 que reforça a necessidade de “uma educação inclusiva e de qualidade, destacando a aprendizagem ao longo da vida como mecanismo para sistemas equitativos de educação” (Teixeira *et al.*, 2017, p. 336). Dentro da Agenda 2030, Silva (2019) destaca o objetivo 16 que apresenta o intuito de promover acesso à justiça para todos e a criação de instituições inclusivas em todos os níveis, e o item 16.10 que orienta para assegurar o acesso público à informação: “Para as bibliotecas, esses objetivos contribuem para o desenvolvimento e implementação de estratégias para eliminar barreiras de acesso à informação para pessoas com deficiência” (Silva, 2019, p. 11).

Dessa forma, como mediadora para acesso à informação e ao conhecimento, a biblioteca universitária exerce importante papel para inclusão das PcDs, pois tem a função de desenvolver a aprendizagem no contexto acadêmico e apresenta potencial para o enfrentamento à vulnerabilidade social: “[...] a competência em informação também é um agente facilitador para a promoção da educação e aprendizado ao longo da vida dos grupos menos favorecidos, dentre eles as pessoas com deficiência” (Teixeira *et al.*, 2017, p. 342).

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A JUSTIÇA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Embora o tema da ColInfo seja investigado em âmbito mundial desde 1974 com Paul Zurkowski, no Brasil as discussões tiveram maior ênfase a partir dos anos 2000 e, desde então, várias declarações e manifestações históricas em prol da ColInfo mostram a importância dos seus programas para o processo de inclusão social (Silva, 2019; Brito; Vitorino, 2019).

De acordo com Silva (2019, p. 103) a ColInfo é um processo de aprendizagem “que busca desenvolver habilidades e conhecimentos específicos, tanto do mediador como do utilizador sobre o acesso, uso e compreensão da informação no contexto do processo de inclusão e acessibilidade”, o que torna relevante pensar em ações para o desenvolvimento da ColInfo das PcDs de forma a contribuir para garantia do exercício da cidadania através da aprendizagem voltada para o acesso e o uso crítico, reflexivo e responsável da informação.

Bruto e Vitorino (2019) definem a ColInfo a partir de suas dimensões, classificando-as em **técnica** no que se refere ao domínio dos recursos informacionais para resolução de problemas, **estética** ligada à criação e inovação, **ética** relacionada ao pensamento crítico e **política** como instrumento de emancipação e cidadania. Estabelecem conexões entre as dimensões da ColInfo e as vulnerabilidades em comunidades, que são em geral, cumulativas.

Atualmente Alves (2023, p. 109-110) apresenta uma interpretação ampliada do conceito, trazendo a ColInfo como resultado de um processo de educação em informação, e em consonância com aspectos de justiça social, direitos humanos, emancipação social, desinformação, epistemicídio e saúde:

A Educação em Informação é um processo de ensino-aprendizagem no qual a pessoa desenvolve competências necessárias para lidar corretamente com a informação, em diferentes mídias e formatos, de maneira ética, responsável e crítica, além de usá-la para o combate de problemas informacionais, como a desinformação. Em nossa análise, consideramos a ColInfo como resultado deste processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva de ensinar a utilizar e compreender a informação, ou seja, a entender a sua própria necessidade, localizar e selecionar corretamente, avaliar criticamente, recuperar, organizar, produzir e compartilhar com efetividade, gerando novos conhecimentos e novas necessidades informacionais. O processo de desenvolvimento da Competência em Informação envolve outras competências, em especial as digitais e as comunicacionais (como observado por quem estuda infocomunicação ou competência em informação e midiática Brasil), mas muitas outras podem estar associadas, fazendo que sob a alcunha de Competência em Informação se apresente uma metacompetência, pois ela depende e está intrinsecamente relacionada a estas outras diferentes competências (como por exemplo a competência leitora e o letramento em saúde). Como um

**XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024**

processo que impacta no indivíduo e no todo a sua volta, também está ligado a justiça social, a equidade em informação e aos direitos humanos, com foco no desenvolvimento do pensamento crítico, no aprendizado ao longo da vida, na independência, no papel cidadão e na emancipação social a partir do uso ético e responsável da informação.

No entanto, apesar da potencialidade da CoInfo no combate às vulnerabilidades e sua expressiva contribuição para a sociedade, Doyle (2021), Leung (2022) e Silva *et al.* (2021) chamam a atenção para a neutralidade das práticas de educação para CoInfo: “[...] o foco na prática nos faz ignorar a ideologia por trás de nossas práticas” (Leung, 2022, p. 09). Desse modo, apontam a necessidade de ir além dos treinamentos padronizados de forma a trabalhar o uso crítico da informação para romper estruturas coniventes com o status quo dominante, bem como falsos ideais de urgência e eficiência que podem legitimar processos de distinção e cristalizar exclusões. Para uma mudança transformadora da realidade, Melo, Alves e Brasileiro (2022) sugerem um trabalho alinhado com as teorias críticas capaz de confrontar o sistema de privilégios e repensar as estruturas de poder, proporcionando aos grupos historicamente excluídos uma ferramenta capaz de orientar suas ações de luta às relações de dominação/submissão.

De acordo com Berne *et al.* (2018, p. 230, tradução nossa) cada pessoa com deficiência tem suas complexidades e múltiplas identidades, “todos os corpos estão presos às amarras da capacidade, raça, classe, gênero, sexualidade e cidadania [...] somente o acesso universal e coletivo pode levar à libertação universal e coletiva. Isso é a Justiça para Pessoas com Deficiência”.

A Justiça para Pessoas com Deficiência é um movimento social para acabar com o capacitismo e outros sistemas de opressão, em que cada corpo/mente são conhecidos em sua amplitude de pessoas completas com diferentes histórias de vida e legado de seus ancestrais que resistiram com resiliência a toda forma de opressão (Berne *et al.*, 2018). Observamos o mesmo a luz dos estudos da Justiça Social em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), vindo da esfera jurídica, mas que indica o tratamento recebido que se pressupõe ser equitativo e justo, com participação e reconhecimento na produção dos bens epistêmicos e sociais conforme aportes já desenvolvidos por Mathiesen (2015), Mehra (2015) e Silva *et al.* (2021, 2022). Segundo Jampel (2018), um grupo de pessoas ativistas negras, *queer* e trans com deficiência, lideraram o Movimento da Justiça para Pessoas com Deficiência desde 2005, em resposta ao

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência que invisibilizou as vidas de pessoas que viviam em conjunturas de opressão interseccionalizadas - pessoas negras com deficiência, imigrantes com deficiência, queers e trans com deficiência, pessoas com deficiência que não se conformam com o gênero, pessoas com deficiência que estão desabrigadas, pessoas com deficiência que estão encarceradas, pessoas com deficiência que tiveram suas terras ancestrais roubadas, entre outros (Sins Invalid, 2016, p. 11-12 *apud* Jampel, 2018, p. 125, tradução nossa).

O Movimento da Justiça para Pessoas com Deficiência não tem o mote de depreciar o trabalho pelos Direitos das PcDs que, através do extenso aparato legal proporcionou inúmeros avanços. No entanto, considera que por muito tempo e por muitas vezes, o trabalho pelos Direitos das PcDs, contextualizado na sua época de emergência, foi extremamente burocrático e baseado numa única identidade, sem ponderar sobre outras formas de opressão: “o capacitismo, profundamente entrelaçado com o racismo, a misoginia e outras opressões, está historicamente enraizado [...]” (Hubrig, 2020, p. 144).

A seguir, um resumo dos dez princípios da Justiça para Pessoas com Deficiência apresentados por Berne *et al.* (2018), do Projeto Sins Invalid, que trabalha a justiça para artistas com deficiência e comunidades marginalizadas do discurso social, indo além dos direitos legais individuais.

Quadro 1 – Resumo das características dos Dez Princípios de Justiça para Pessoas com Deficiência

PRINCÍPIO	CARACTERÍSTICAS
Interseccionalidade	Cada pessoa tem múltiplas identidades, e cada identidade pode ser um local de privilégio ou opressão. A experiência da deficiência está a ser moldada pela raça, gênero, classe, momento histórico e muito mais.
Liderança dos mais impactados	Para termos a libertação devemos ser liderados por aqueles que mais conhecem estes sistemas e como funcionam.
Política anticapitalista	A natureza de nossos corpos/mentes resiste a conformar-se com um nível de produção “normativo” capitalista. O valor humano não depende do quê e quanto uma pessoa pode produzir.
Solidariedade entre movimentos	Transversal a todos os movimentos, a Justiça para Pessoas com Deficiência muda a forma como os movimentos de justiça social compreendem a deficiência e contextualizam o capacitismo.
Reconhecendo a totalidade	Valorização das pessoas tal como são, pelo que são. Cada pessoa tem um valor inerente fora das noções capitalistas de produtividade, está cheia de história e experiência de vida. PcDs são pessoas completas.
Sustentabilidade	Adaptação, individual e coletiva, para sustentabilidade a longo prazo. As experiências incorporadas guiam em direção à justiça e à libertação.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Compromisso com a solidariedade entre pessoas com deficiência	Valorização dos insights e da participação dos membros da comunidade. Empenho em quebrar o isolamento capacitista/patriarcal/racista/classista das pessoas com deficiência, pois o isolamento prejudica a libertação coletiva.
Interdependência	Satisfação das necessidades uns dos outros à medida que se avança em direção à libertação, sem sempre procurar soluções estatais que possam alargar ainda mais o seu controle sobre as vidas.
Acesso coletivo	Flexibilidade e nuances criativas para interagir uns com os outros. Criar e explorar novas maneiras de fazer as coisas. Necessidades de acesso não são vergonhosas – temos capacidades que funcionam diferente.
Libertação coletiva	Movimento de pessoas com habilidades mistas, multirraciais, multigêneros, de classe mista. Nenhum corpo/mente pode ser deixado para trás.

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações extraídas de Berne *et al.* (2018, p. 227-229)

Nessa perspectiva, estudos da área de BCI associam a ColInfo com a emancipação e justiça social, no combate às situações de vulnerabilidade, de forma a ajudar as pessoas a trabalhar com a informação em diferentes contextos, mídias, suportes, necessidades e desenvolver a experiência interior em lidar com os conteúdos informacionais de maneira crítica e reflexiva, considerando as questões éticas, legais, políticas, econômicas e sociais, visando à realização do bem comum (Alves, 2023; Silva *et al.*, 2021). Nesse propósito, as ações de ColInfo devem ensinar a pensar no valor da informação para se viver num mundo fora da supremacia cisheteropatriarcal, confrontando cenários históricos e sociais, além de articuladas à mediação consciente, de forma a permitir a construção do espaço crítico, considerada por Cortês e Silva (2023, p. 257) como “um processo criativo de transformação de conhecimento, que possibilita às pessoas envolvidas a problematização, o desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, a tomada de consciência”, contribuindo para o posicionamento político e protagonismo social a partir do contato com informações do universo coletivo que possibilita a construção de um conhecimento individual. Tais elementos contribuem para o êxito do movimento da Justiça para Pessoas com Deficiência que busca a valorização, participação e quebra do isolamento, libertação coletiva das PcDs, satisfação de suas necessidades e resolução de problemas sem perder o protagonismo de suas vidas.

Quanto à inclusão das PcDs nas bibliotecas universitárias, deve-se estar atento às necessidades dos diferentes grupos da comunidade de deficientes, construindo diálogo antes mesmo de projetarmos produtos, programas e serviços, ou seja, é preciso ter em mente o lema das PcDs: “Nada sobre nós, sem nós”. Além disso, priorizar a formação contínua,

desenvolvendo a ColInfo também dos mediadores para que a acessibilidade e inclusão sejam atitudes individuais e não apenas uma exigência institucional, bem como a realização de um trabalho em conjunto entre profissionais da informação e gestores das instituições para desenvolver estratégias de forma a eliminar não apenas barreiras arquitetônicas e de acesso físico, mas outras mais urgentes como injustiças sociais e informacionais embutidas em instituições de ensino (Silva; Spudeit, 2021; Silva *et al.*, 2021, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa, o tema Justiça para Pessoas com Deficiência relacionado à ColInfo não é encontrado com facilidade. Porém, autores da área de BCI abordam a temática como uma estrutura da justiça social e reconhecem a importância da ColInfo para o combate às vulnerabilidades das PcDs e suas interseccionalidades. O diálogo entre os tópicos destaca o potencial da ColInfo para o movimento da Justiça para Pessoas com Deficiência que, através da educação em informação de PcDs e dos mediadores da informação, impulsiona a construção de uma sociedade inclusiva em que as PcDs possam ser participantes ativos, acessar, usar a informação de maneira crítica e reflexiva, produzir e fornecer conhecimento de forma a mudar realidades e prosperar em suas vidas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Paula Meneses. Competência em informação: ativo para uma sociedade em constante transformação digital. **Revista Código 31**, Belo Horizonte, p. 103-111, jul./dez. 2023. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/codigo31/article/view/9785>. Acesso em: 20 jun.2024.

BERNE, Patricia; MORALES, Aurora Levins; LANGSTAFF, David; INVALID, Sins. Ten principles of disability justice. **Women's Studies Quarterly**, v. 46, n. 1-2, p. 227-230, Spring/Summer, 2018. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/90/article/690824/summary>. Acesso em: 26 abr. 2024.

BOLT, Nancy. **It Starts at the Top: The Role of Leadership and Management in an Accessible and Inclusive Library**. In: IFLA WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS (WLIC), 88., 2023. Rotterdam: IFLA, 2023. p. 1-12. Disponível em: Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 de 5 de outubro de 1988**. 37 ed. Alexandre de Moraes (org.). São Paulo, Atlas, 2013. 482 p.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse estatística da educação superior 2022**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 13 out. 2023.

BRITO, Tânia Regina de; VITORINO, Elizete Vieira. A multidimensionalidade da competência em informação num contexto de vulnerabilidade social: narrativas em foco. **Biblios**, Peru, n. 76, 2019. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/150988>. Acesso em: 01 maio 2023.

CORTÊS, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Feminismo Negro, interseccionalidade e mediação da informação. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, n. 2, p. 242-268, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/1185>. Acesso em: 16 set. 2024.

DOYLE, Andréa. **Competências em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero**: práticas de ensino críticas. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola da Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2021.

HUBRIG, Adam. “We Move Together:” Reckoning with Disability Justice in Community Literacy Studies. **Community Literacy Journal**, v. 14, n. 2, p. 144-153, Spring, 2020. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/pub/152/article/772126/summary>. Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 32 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101964_informativo.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

IFLA. Section Library Services to People with Special Needs. **Library Services to People with Special Needs Section Newsletter**, Nov. 2023. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/3098>. Acesso em: 04 jun. 2024.

JAMPEL, Catarina. Intersections of disability justice, racial justice and environmental justice, **Environmental Sociology**, v. 4, n. 1, p. 122-135, Jan. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/23251042.2018.1424497>. Acesso em: 18 jun. 2024.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

LEUNG, Sofia. The Futility of Information Literacy & EDI: Toward What? **College, Research & Libraries**, [S. l.]. v. 83, n. 5, 2002. Disponível em:
<https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/25579/33486>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, Illinois v. 64, n. 2, 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>. Acesso em: 4 abr. 2023.

MEHRA, Bharat. Social Justice in Library and Information Science and Services. **Library trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015. Disponível em:
<https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/89744>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MELLO, Daniella Alves de; ALVES, Edvaldo Carvalho Alves; BRASILEIRO, Fellipe Sá Brasileiro. A competência crítica em informação e o enfrentamento às desigualdades de gênero. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco (org.). **Competência crítica em informação: teoria, consciência e práxis**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. 274 p.

SILVA, Arlete Ferreira da. **Proposta de um programa para desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas universitárias para estudantes cegos**. Orientadora: Daniela Spudeit. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em:
https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1438/Arlete_Ferreira_da_Silva_15724381520282_1438.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.

SILVA, Arlete Ferreira; SPUDEIT, Daniela. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-27, 2021. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/164875>. Acesso em: 14 out. 2022.

SILVA, Brenda de Souza; GIRÃO, Igor Peixoto Torres. Competências informacionais e midiáticas do deficiente visual: o profissional da informação como mediador. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 29., 2022, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FEBAB, 2022. p. 1-13. Disponível em:
<https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2604/2500>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; SILVA, Leyde Klébia Rodrigues da; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2022.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

TEIXEIRA, Lilian Aguilar; BRITO, Tânia Regina de; DORNELES, Jaziel Vasconcelos; MARQUES, Rogério Ferreira. Políticas de inclusão de acessibilidade para a promoção da competência em informação: um olhar para a Biblioteca Central da UFMS. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 27., 2017, Fortaleza. **Anais** [...] Fortaleza: CBB, 2017. p. 331-352. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/1409>. Acesso em: 03 jun. 2024.